

## *A “Última flor do Lácio” entre portugueses e brasileiros*

**Regina Zilberman**

FACULDADES PORTO-ALEGRENSE  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
ISTITUZIONE

---

### ABSTRACT

---

Historians of Portuguese language and literature claimed the particularity of their idiom, distinguishing it from the Spanish, in order to assure the national literary identity. By their side, Brazilian poets and literary critics from the Romanticism had to certify the identity of national literature despite the fact that they used the linguistic rules inherited from Portugal.

**Keywords:** Portuguese Language; Spanish Language; national identity.

Historiadores da língua e da literatura portuguesa afirmaram a singularidade de seu idioma, diferenciando-o do castelhano, com o fito de garantir a identidade literária nacional. De sua parte, os poetas e críticos brasileiros do período romântico precisaram assegurar a identidade da literatura nacional, apesar de utilizarem a norma linguística herdada de Portugal.

**Palavras-chave:** Língua portuguesa; castelhano; identidade nacional.

---

Sustentava contra ele Vênus bela,  
Afeiçoada à gente Lusitana,  
Por quantas qualidades via nela  
Da antiga tão amada sua Romana;

.....  
E na língua, na qual quando imagina,  
Com pouca corrupção crê que é a Latina.  
Luís de Camões, *Os Lusíadas*, Canto I, est. 33

Última flor do Lácio, inculta e bela,  
És, a um tempo, esplendor e sepultura:  
Ouro nativo, que na ganga impura  
A bruta mina entre os cascalhos vela...

.....  
Amo o teu viço agreste e o teu aroma  
De virgens selvas e de oceano largo!  
Amo-te, ó rude e doloroso idioma.  
Olavo Bilac, *Língua portuguesa*

Gosta de sentir a minha língua roçar a língua de Luís de Camões

.....  
Flor do Lácio Sambódromo Lusamérica latim em pó  
O que quer  
O que pode esta língua?

.....  
A língua é minha pátria  
E eu não tenho pátria, tenho mátria  
Caetano Veloso, *Língua*

## Entre portugueses e espanhóis

*Origem da língua portuguesa*, de Duarte Nunes de Leão (1530?-1608), é considerado o primeiro trabalho sobre a história da língua portuguesa (Silva, 2009). Publicado em 1606, mapeia as contribuições de diferentes povos em diferentes épocas para a construção e constituição do vocabulário da língua portuguesa ao tempo do autor. Assim, verifica não apenas a herança das línguas clássicas – o grego, o latim, o hebraico – como também a incorporação de palavras das línguas modernas – francês, alemão, italiano, entre outras – ao repertório linguístico então empregado pelo povo lusitano.

Duarte Nunes de Leão não se preocupa em conceituar o que entende por língua. Porém, conforme sugere o título da obra, reflete sobre sua natureza desde uma perspectiva histórica, assumida já na abertura de sua exposição, quando chama a atenção para as mudanças sofridas pela linguagem:

Assim como em todas coisas humanas há contínua mudança e alteração, assim é também nas linguagens. E o que parecer incrível, também isto está sujeito ao arbítrio da fortuna (Leão, 1945, p. 223)<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> LEÃO, Duarte Nunes de. *Origem da língua portuguesa*. Quarta edição, conforme a primeira com estudo preliminar e anotações de José Pedro Machado. Lisboa, Pro Domo, 1945. As demais

Na mesma frase em que chama a atenção para o “arbítrio da fortuna”, Duarte Nunes de Leão explica que as mutações linguísticas decorrem da ação dos povos vencedores sobre os vencidos: “porque assim como os vencedores das terras e províncias lhes dão leis em que vivam, assim lhes dão língua que falem” (Leão, 1945, p. 223).

A língua dominante é a do povo vencedor; por sua vez, coincide com o vocabulário utilizado no discurso oral, razão porque destaca igualmente a pronúncia, fator que colabora para o estabelecimento de distinções entre o vernáculo e o estrangeiro. A importância desse fator evidencia-se sobretudo quando aborda as diferenças entre a língua dos portugueses e dos castelhanos, matéria do capítulo XXII. Intitulado “Porque os portugueses não usurpam tantos vocábulos dos castelhanos como tomam de outras nações mais remotas”, esse capítulo parte da seguinte constatação:

Relatando-nos tanto número de vocábulos de outras nações de que os portugueses se servem, tendo tanta vizinhança, comércio e parentesco com os castelhanos, é de espantar como deles não tomaram outros tantos vocábulos. Antes parece que fogem de se parecerem com eles na língua. (Leão, 1945, p. 310)

Duarte Nunes de Leão está quase ao final de sua pesquisa, quando propõe o exame das relações entre as línguas portuguesa e castelhana, já que *Origens da língua portuguesa* contém 26 capítulos. O fato deve-se provavelmente à perspectiva histórica adotada, já que corresponde ao tópico mais contemporâneo de sua investigação, dizendo respeito ao que acontecia no presente do autor. Porém, pode-se cogitar também que o tema fosse mais penoso, já que o autor sugere que seus compatriotas – curiosamente, tratados em terceira pessoa do plural, caracterizando a indeterminação do sujeito – desejariam fugir da semelhança entre as duas línguas.

A partir desse ponto, Duarte Nunes de Leão procura demarcar as diferenças, situando-as basicamente nas distinções fônicas. Reconhece inicialmente que os dois reinos estão divididos há muito tempo, embora tenha permanecido a emulação entre suas gentes; a seguir, destaca que portugueses e castelhanos se “encontram [...] perpetuamente”, nas palavras do autor, “em duas letras, que é mais notável diferença que tem estas duas nações e porque se mais desconhecem”. Uma delas, escreve Duarte Nunes de Leão, diz respeito à pronúncia da letra “m”, que os castelhanos dizem “n”, comentando: “a eles é letra [n] tão familiar que por a pronúncia dela mais que outra coisa alguma se vê um homem ser castelhano.” (Leão, 1945, pp. 311) A outra refere-se à distinção entre o fonema “o”, em português, e o ditongo “ue”, em castelhano:

Outro encontro há entre uma língua e outra, que faz muita dificuldade aos portugueses, que querem falar castelhano, que onde os portugueses conforme aos latinos dizem porta, porto, porco, torto, ovo, horto, os castelhanos por um peculiar ditongo *ue* dizem puerto, tuerto, huerto, huevo [...] (Leão, 1945, p. 311-312).

---

citações provêm dessa edição, indicando-se as páginas em que aparecem. Na edição original, essa afirmação aparece na p. 1. Cf. LEÃO, Duarte Nunes de. *Origem da língua portuguesa*. <http://purl.pt/50>. Acesso em 17 de setembro de 2009. Procedemos à atualização ortográfica.

Fica claro que Duarte Nunes de Leão não estabelece distinções entre o falar e o escrever, já que se refere, de uma parte, à diferença entre as letras (os grafemas “m” entre os lusitanos, “n”, entre os nascidos na Espanha) – valendo-se, pois, da terminologia da escrita, de outra, à dificuldade que têm os portugueses de falar castelhano, reconhecidos de imediato por não pronunciarem o ditongo “ue” com naturalidade – recorrendo, então, a elementos próprios à oralidade.

Também fica claro que Duarte Nunes de Leão refere-se não apenas a uma questão de ordem linguística, mas sobretudo política. Conforme observa ao final do capítulo XXII, os portugueses vêm-se apropriando de vocábulos extraídos da língua castelhana, contrariando uma tradição histórica, já que se encontram submetidos, tal como os espanhóis, a um mesmo príncipe:

E se alguns vocábulos se agora acharem tomados dos castelhanos, será depois que nos unimos com eles, e somos todos de um mesmo príncipe e de um governo, e com quem agora temos mais comércio e mistura, por a vinda de Sua Majestade, e dos Castelhanos a nós, e nós a eles, como são lástima, regalo, bilhete, camarada, a troco, de mimo, brinco, menino, enfadar, desenfadas. festejar, marmelada, serão, e outros mais que os Castelhanos tomaram de nós. (Leão, 1945, pp. 312-333)

Duarte Nunes de Leão não parece contrariado com a união entre o povo lusitano e o espanhol. Seu livro, *Origem da língua portuguesa*, é oferecido a Felipe II (1527-1598), o rei que, em 1580, assumiu o governo português após a morte do Cardeal D. Henrique (1512-1580), sucessor de D. Sebastião (1554-1578), e a vacância do trono lusitano. Nas novas circunstâncias políticas, talvez os portugueses não mais almejassem se distinguir dos espanhóis, abrindo mão da vontade de não se parecerem com eles na língua. Ou talvez o pesquisador lusitano não quisesse polemizar a questão em uma época em que o Santo Ofício mostrava-se tão zeloso diante de suas obrigações de controlar o que expressavam os livros, precaução que não impediu Duarte Nunes de Leão de ver retida sua obra<sup>2</sup>.

De todo modo, a *Origem da língua portuguesa*, livro fundador da pesquisa historiográfica de nosso vernáculo, flagra uma questão fundamental: o idioma em que os portugueses se manifestavam desempenhava o papel de barreira contra um tipo de invasão castelhana, garantindo a identidade nacional. Precária e nem sempre suficientemente preservada, a língua consistia a defesa com que contavam os falantes para não se deixar dominar por Espanha, defesa nem sempre eficiente, como, direta ou indiretamente, denunciava o licenciado Duarte Nunes de Leão, mas, de todo modo, o sintoma mais evidente da singularidade de seus modos de expressão.

Mais de duzentos anos depois, o problema não tinha sido inteiramente solucionado; ou, colocado em outros termos, ainda assediava o imaginário dos intelectuais portugueses, a se acompanhar a abertura do “Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa”, que Almeida Garrett (1799-1854) publicou em 1826, introduzindo a coletânea de poemas que formavam o *Parnaso lusitano*. Ao

---

<sup>2</sup> José Pedro Machado, no estudo preliminar à quarta edição de *Origem da língua portuguesa*, anota que a obra de Nunes Leão esteve por alguns anos retida pela censura do Santo Ofício. Cf. MACHADO, José Pedro. Estudo preliminar. In: LEÃO, Duarte Nunes de. Op. cit. p. 47.

abordar a “Origem de nossa língua e poesia”, o autor faz questão de afirmar de modo peremptório:

Erro é comum, e geral mesmo entre nacionais, pela maior parte pouco versados em nossas coisas, o pensar que a língua portuguesa é um dialeto da castelhana, ou espanhola segundo hoje inexatamente se diz (Garret, 1998, p. 29).

Na sequência, apresenta sua interpretação da trajetória das línguas faladas na Península Ibérica, destacando o provençal como “a primeira que entre as línguas modernas se cultivou”. Contudo, nem o provençal “chegou nunca à perfeição”, nem outras línguas evoluíram; apenas o castelhano e o português puderam ser cultivados, “pelo sabido motivo da conservação da independência nacional”, vindo, segundo Garret, “a completo estado de perfeição e caráter cabal de línguas cultas e civilizadas” (Garret, 1998, p. 29-30). O autor identifica os idiomas falados na Península Ibérica, mas ressalva a superioridade do português e do castelhano por suscitarem uma literatura, sendo essa, por sua vez, a condição para a autonomia da língua:

O biscainho, catalão, galego, aragonês, castelhano, português e outras mais foram e são ainda alguns distintos idiomas: porém só os dois últimos tiveram literatura própria e perfeita, linguagem comum e científica, tudo enfim quanto constitui e caracteriza (se é lícita a expressão) a *independência* de uma língua. (Garret, 1998, p.30). [Grifo do Autor]

A literatura é a avalista da independência da língua, invertendo Garret a relação que atribui a autonomia da primeira à autossuficiência da segunda. A escrita sobrepõe-se à oralidade, o uso culto e normativo, à sua circulação social. Apesar do caráter polêmico da assertiva, o postulado proposto não basta para afiançar a identidade da língua portuguesa, pois Garret é obrigado a reconhecer que esse idioma é seguidamente assimilado ao castelhano. Eis porque avança seu raciocínio, aceitando, como ponto de partida, a semelhança entre as duas línguas:

Grande semelhança há entre o português e castelhano; nem podia ser menos quando suas capitais origens são as mesmas e comuns: porém tão parecidas como são pelas raízes de derivação; no modo, no sistema dessas mesmas derivações, na combinação e amálgama de idênticas substâncias e princípios se vê todavia que diversos agentes entraram, e que mui variado foi o resultado que a cada uma proveio. Filhas dos mesmos pais, diversamente educadas, distintas feições, vários gênio, porte e ademã tiveram: há contudo nas feições de ambas aquele *ar de família* que à prima vista se colhe (Garret, 1998, p. 30). [Grifo do Autor]

Logo a seguir, porém, insiste na identidade da língua portuguesa, imputando aos estrangeiros, em especial aos franceses – e o “Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa” foi escrito e publicado em Paris – a dificuldade de estabelecer a distinção entre os idiomas, antes por ignorância deles que por proximidade entre as línguas.

Este ar de família enganou os estrangeiros, que sem mais aprofundar, decidiram logo que o português não era língua própria. Esse achaque de decidir afoitamente de tudo é velho, sobretudo entre franceses, que são o povo

do mundo entre o qual (por filáucia decerto) menos conhecimento há das alheias coisas (Garret, 1998, p. 30).

É só depois de garantir a identidade da língua de Portugal que Garrett investe no estudo da trajetória da poesia lusitana, remontando às manifestações medievais, entre os trovadores, que têm o rei D. Dinis (1261-1325) entre seus primeiros e principais cultores:

Sem dúvida é que a língua portuguesa começou com seus trovadores, únicos no meio do estrépito das armas que algum tal qual cultivou lhe podiam dar; e provável é que assim fosse com pouco melhoramento até os tempos del Rei D. Dinis, que no remanso da paz de seu reinado protegeu e animou as letras, que ele próprio cultivou também. (Garret, 1998, p. 30)

Tal como Duarte Nunes de Leão, Garrett está seguro de que os idiomas português e castelhano se distinguem, segurança que lhe faculta a investigação do percurso da literatura de seu país. Mas é flagrante o fato de o poeta não dispor de provas materiais que testemunhariam sua convicção, o que o leva a substituir as evidências por insultos que discriminam os estrangeiros. Nesse sentido, a falta de argumentação já é, por si mesma, sintomática do problema. Esse, contudo, não diz respeito à autonomia da língua portuguesa, mas àquilo que Garrett considera a condição para a comprovação da independência linguística, a saber, a autossuficiência da literatura. Talvez fosse essa a falta, já que, como se verifica no decorrer da pesquisa levada a cabo pelo autor de *Frei Luís de Sousa*, a poesia produzida em Portugal seguidamente valeu-se da língua castelhana, seja à época da dominação espanhola, seja em pleno século XVIII, quando, supostamente, a nação lusitana estava plenamente consolidada.

O problema flagrado por Garrett é igualmente identificado por Ferdinand Denis (1798-1890) em seus *Resumos de história literária*, também de 1826. Mas o pesquisador francês, que, ao contrário do que apontava a denúncia do poeta lusitano, era fluente no nosso idioma e conhecedor da tradição literária de Portugal e do Brasil, desata o nó de modo mais simples, eliminando de sua historiografia obras ou autores que elegeram o castelhano ou o latim para se expressarem. Garrett talvez temesse jogar fora o bebê junto com a água do banho, caso se inclinasse para a alternativa eleita por Ferdinand Denis. De todo modo, suas invectivas revelam pelo avesso as dificuldades de asseveração da autonomia e da identidade da literatura, cuja história ele quer traçar sem deixar nada de fora.

### Entre brasileiros e portugueses

Se, para os portugueses, a autonomia da língua e da literatura se fazia pela recusa do idioma castelhano, o que lhes fornecia um claro traço de distinção, para os brasileiros do século XIX, à época em que se formulavam as primeiras iniciativas de autonomia artística nacional, se tratava de separar o que, embora apresentado em idioma lusófono, pertencia efetivamente ao patrimônio do país recentemente emancipado.

Em 1843, Santiago Nunes Ribeiro (?-1847), nascido no Chile, mas residente no Brasil desde a infância, publica na *Minerva Brasiliense* o ensaio intitulado “Da nacionalidade da literatura brasileira” (Bosi, 2006, p. 156). O

estudo abre com observações genéricas relativamente ao papel das ciências físicas e naturais, destacando ser satisfatório o “estado da instrução científica”, a que opõe a situação “lamentável” da “instrução literária, ao menos pelo lado teórico.” Formula, a seguir, o que entende por “estudo consciencioso e sistemático”, calcado na “exposição dos princípios”, na “apreciação das obras nacionais e estrangeiras”, no “estudo comparativo, enfim das literaturas antigas e modernas”. É após esse preâmbulo que o autor pergunta de chofre:

O Brasil tem uma literatura própria e nacional, ou as produções dos autores brasileiros pertencem à literatura portuguesa, já em virtude dos vínculos que uniam ambos os países, já em consequência de serem escritas na língua lusitana? (Ribeiro, 1843)

Desde sua formulação inicial, Nunes Ribeiro bota o dedo na ferida, ao perguntar se é possível afirmar a identidade nacional da literatura produzida no Brasil, quando as criações de seus autores se fazem na língua do ex-colonizador, a quem esteve vinculado por longo tempo. Se apresenta de modo abrupto sua questão, o crítico não a responde da maneira temperamental, como fizera Garrett. Prefere, conforme declara logo a seguir, “estabelecer alguns princípios”, para então discutir o problema com aqueles que “ao gênio brasileiro negam independência e caráter distintivo” (Ribeiro, 1843).

O primeiro a recusar “independência e caráter distintivo” ao “gênio brasileiro” é, conforme Santiago Nunes Ribeiro, o general Abreu e Lima (1794-1869), que no seu *Bosquejo histórico, político e literário do Brasil*, publicado em 1835, nega a existência de literatura em Portugal, rejeitando por tabela a produção originária dos nascidos no Brasil. Santiago Nunes Ribeiro concorda em que a Portugal falte “corpo de doutrinas que professa uma nação”, critério para a existência de uma literatura, conforme o general pernambucano (Lima, 1999). Contudo, para o crítico radicado no Rio de Janeiro, a literatura não se define pelo que apresenta de produção científica, mas, antes, pela criação poética oriunda de seus artistas:

Sem dúvida nenhuma a palavra literatura na sua mais lata acepção, significa a totalidade dos escritos literários ou científicos, e é neste sentido que dizemos - literatura teológica, médica, jurídica. - Mas daqui se não segue que devemos admitir tal acepção quando se trata da literatura propriamente dita. Ninguém ainda procurou a literatura italiana, inglesa, ou francesa nas *Memórias da Academia del Cimento*, nas *Transações filosóficas*, ou no *Journal des Savans* ou de *Physique*. Não é de Lancisi, Galileu, Volta e Galvani que se nos fala na história literária, não de Boyle, Cavendish, Davy, etc., mas de Dante, Petrarca, Ariosto, Maquiavel, Tasso, Shakespeare, Milton e Bossuet, Corneille (Ribeiro, 1843).

A segunda objeção procede do jornalista e crítico português José da Gama e Castro (1795-1873), para quem as literaturas recebem seus nomes da língua em que estão escritas<sup>3</sup>. Se, para descartar Abreu e Lima, bastou a Santiago Nunes Ribeiro propor outro conceito de literatura, associando-a à arte,

<sup>3</sup> O artigo de Gama e Castro está reproduzido na coletânea *Historiadores e críticos do Romantismo*, organizada por Guilhermino Cesar. Cf. *Portugueses*, (UM), pseud. [Castro, José da Gama e]. “Inventos dos portugueses”. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 19 jan. 1842. In: CESAR, Guilhermino. *Historiadores e críticos do Romantismo. A contribuição europeia: crítica e história literária*. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, São Paulo, EDUSP, 1978.

como vinham fazendo os estudos literários desde o começo do século XIX, para rebater a acusação de Gama e Castro, o defensor da literatura brasileira precisou conferir mais cuidado à questão, indício de que não era obstáculo tão fácil de remover.

A primeira observação que faz diz respeito ao pressuposto de Gama e Castro, argumentando Santiago Nunes Ribeiro não ser “princípio incontestável que a divisão das literaturas deva ser feita invariavelmente segundo as línguas em que se acham consignadas” (Ribeiro, 1843). Em lugar da língua, opta por uma repartição que considera “mais filosófica”, porque atende “ao espírito, que anima, à ideia que preside aos trabalhos intelectuais de um povo, isto é, de um sistema, de um centro, de um foco de vida social” (Ribeiro, 1843).

É fácil reconhecer, nas palavras de Nunes Ribeiro, os princípios do pensamento romântico, emergente no início do século XIX na Europa e já consolidado nos anos 40, época em que o crítico se vale deles. Conforme tais pressupostos, a literatura é expressão de um povo, cujo espírito se manifesta pela dicção de seus poetas. Também não é difícil reconhecer que essa concepção firmou-se em terras brasileiras, a ponto de ser retomada, algumas décadas depois, pelo Machado de Assis (1839-1908) da “Literatura Brasileira – Instinto da nacionalidade”, em que reivindica para a literatura o “sentimento íntimo” que o escritor, “homem do seu tempo e do seu país” é capaz de manifestar por intermédio de sua obra (Assis, 1959).

Santiago Nunes Ribeiro, mais próximo dos ideólogos do Romantismo, desdobra seu pensamento:

Este princípio literário e artístico é o resultado das influências, do sentimento, das crenças, dos costumes e hábitos peculiares a um certo número de homens, que estão em certas e determinadas relações, e que podem ser muito diferentes entre alguns povos, embora falem a mesma língua. As condições sociais e o clima do Novo Mundo necessariamente devem modificar as obras nele escritas nesta ou naquela língua da velha Europa (Ribeiro, 1843).

Influências, sentimento, crenças, costumes, hábitos – eis um conjunto de propriedades sociais que migram da experiência para a literatura, particularizando-a, independentemente da língua importada da “velha Europa” em que esteja registrada. É claro que, para Santiago, que presencia no Brasil fenômeno equivalente ao que ocorrera décadas antes na mesma “velha Europa” – a saber, a consolidação do Estado-nação – não podia conceber que a noção de povo pressupunha uma homogeneidade coletiva de existência unicamente ideológica, assim como o conceito de língua advinha de um processo de unificação dos falares regionais obtido de modo coercitivo – e, às vezes, violento – alcançado sobretudo graças à ação da escola.

Santiago, contudo, não pode apoiar nas instituições e nas práticas sociais a identificação da singularidade que oporia Brasil e Portugal, diferentes nações apesar do compartilhamento de uma língua comum. Afinal, em termos de repartição social, hábitos, religião e cultura, o Brasil não parecia distinguir-se substancialmente de Portugal ou da “velha Europa”; pelo contrário, a ambição de suas elites era, antes de tudo, assemelhar-se ao Velho Mundo, passando por cima das variedades étnicas, bem como dos processos culturais e históricos diversos, que as caracterizavam. E, se a sociedade e a cultura se desejavam



“europeias”, e as práticas linguísticas não pertencentes à tradição lusitana não interessavam, era preciso buscar a diferença em outro lugar.

Nada melhor, nesse caso, que apelar para a natureza, opção que não contrariava a escola romântica e seus mentores, entre os quais o sempre prezado Ferdinand Denis, e que, ao mesmo tempo, afiançava a irrecusável distinção. Santiago Nunes Ribeiro expõe, em palavras vibrantes, a solução encontrada, simultaneamente verossímil e conveniente:

E a que outro senão ao Brasil podem competir as grandiosidades e primores que em morte-cor pintamos, fitando apenas alguns pontos desse que nos oferece - imenso e animado panorama? Sim: o belo fenomenal se mostra com a maior pompa neste solo afortunado; e não poucos artistas brasileiros e estrangeiros beberam nele a inspiração mais pura, a inspiração criadora de obras excelentes, revestidas de vivas cores, de danosas formas, idealizadas nas harmonias da arte musical e poética (Ribeiro, 1843).

O silogismo se completa, quando Santiago Nunes Ribeiro, reafirmando a diferença geográfica entre Portugal e o Brasil, que repercute em hábitos e sociedade diversa, conclui pelo estabelecimento da nacionalidade da literatura do país americano:

Agora perguntaremos se um país, cuja posição geográfica e constituição geognóstica, cujas instituições, costumes e hábitos tanto diferem das da sua metrópole de outrora, não deve ter sua índole especial, seu modo próprio de sentir e conceber, dimanante destas diversas causas, modificadas umas pelas outras; se, numa palavra, não deve ter caráter nacional. Sim, nos dirá todo aquele que estiver desprevenido. A literatura é a expressão da índole, do caráter, da inteligência social de um povo ou de uma época. A poesia é a mais subida forma de literatura: ela procura compreender e exprimir por meio da linguagem o que há de mais belo, puro e santo na vida exterior do século, ou na vida misteriosa da íntima consciência: as outras artes são formas secundárias desta.

Ora, se os brasileiros têm seu caráter nacional, também devem possuir uma literatura pátria (Ribeiro, 1843).

Contudo, talvez Santiago Nunes Ribeiro estivesse ciente que suas conclusões, ainda que lógicas e convincentes, não bastassem, já que o recurso à língua do colonizador não podia ser ignorado. Assim, busca ainda um terceiro ponto para garantir seu raciocínio, investigando as literaturas de nações que experimentam problema semelhante. Examina então as literaturas que, valendo-se da língua inglesa, explicitam sua própria identidade, como as da Irlanda e da Escócia. E lembra, por último, a literatura do México, cuja manifestação em castelhano não a impede de particular-se diante da tradição originária da Espanha.

A argumentação de Santiago Nunes Ribeiro parecia legítima e bem fundada para as concepções de seu tempo, mas não bastou para afastar os esqueletos do armário. Sintoma da persistência da questão no debate público sobre a autonomia da literatura brasileira é o Prólogo, assinado pelo historiador Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), que o redigiu em 5 de junho de 1847 e com o qual abriu seu *Florilégio da poesia brasileira*, coletânea de versos escritos por autores nascidos no Brasil, desde o século XVII até sua época.

Ao Prólogo, sucede o “Ensaio histórico sobre as letras no Brasil”, em que desenha a trajetória da literatura brasileira que dará suporte a seleção dos autores e dos poemas presentes no *Florilégio*. Compete ao Prólogo esclarecer os critérios de seleção dos textos, destinada sobretudo à divulgação da literatura brasileira junto ao público europeu, já que a primeira edição da coletânea, ocorrida em 1850, deu-se em Lisboa. Cabe-lhe também justificar o título escolhido, ao ser preferido o termo “Florilégio” em vez do então canônico “Parnaso”, por o autor da antologia não ter a pretensão de “oferecer modelos de arte poética” (Varnhagen, 1998, p. 225).

Mais adiante, ao retomar a questão relativa à escolha do título da coletânea, Francisco Adolfo de Varnhagen lembra que talvez não tenha podido proporcionar o melhor da poesia brasileira, mas, pelo menos, “o que por mais americano tivemos” (ibidem). Ao desenvolver o raciocínio, que lhe permite associar os poemas às flores, Varnhagen aproveita para explorar a metáfora que julga original:

Escolhemos as flores, que julgamos mais adequadas para o nosso fim, embora seja alguma menos vistosa, outra pique por alguns espinhos, esta não tenha aroma, aquela pareça antes uma descorada orquídea, e aquela outra uma parasita criada com ajuda de seiva alheia, etc. (ibidem).

Encarregado de produzir uma antologia representativa da poesia do Brasil, acredita ser também conveniente explicar seu critério de seleção. Explica então que fez

prevalecer a [regra] do nascimento no Brasil, por ser o princípio mais geral que (salvo casos mui especiosos ou de pretendidas argúcias) instintivamente em nossos ânimos prevalece, quando se trata até das províncias do mesmo reino, em que a pátria natal prefere sempre à terra em que nos estabelecemos, bem como em direito internacional, quando não há declaração em contrário, a nacionalidade de origem prefere à do domicílio. (Varnhagen, 1998, p. 225-226)

Optando pelo critério do nascimento, Varnhagen privilegia um conceito de nacional, calcado nas noções de território e de cidadania. Não por outra razão o historiador apela à legislação do direito internacional, norma que o levará à exclusão de poetas como Tomás Pinto Brandão (1664-1743), que viveu na colônia portuguesa à época de Gregório de Matos, e de Antônio Dinis da Cruz e Silva (1731-1799), o juiz enviado por Portugal ao Brasil, para julgar os inconfidentes Cláudio Manuel da Costa (1729-1789), Tomás Antônio Gonzaga (1744-1810) e Alvarenga Peixoto (1744-1793), e onde viveu por algum tempo. Por outro lado, tal critério permitiu-lhe a inclusão dos épicos Basílio da Gama (1740-1795) e Santa Rita Durão (1722-1784), natos na América mas residentes em Portugal, onde produziram os versos, respectivamente, de *O Uruguai*, de 1769, e do *Caramuru*, de 1781, e participaram, sobretudo o primeiro, da vida pública.

É depois de assegurar a prioridade do nascimento sobre qualquer outro critério de pertença a uma literatura – já que, segundo escreve, “Em ninguém está mudar o nascimento, nem ser insensível à ternura do coração, quando este lhe bate ao lembrar-se da terra onde quis Deus que viesse ao mundo...” (Varnhagen, 1998, p. 226) – que Varnhagen entra na questão da “divisibilidade das literaturas portuguesa e brasileira” (ibidem). Informa que “vários julgam impossível” afirmar tal divisibilidade, “em consequência da uniformidade da

língua.” (ibidem). É de se prever que Varnhagen vá contestar tal afirmação, mas a ele, de certo modo, antecipando talvez o “tédio à controvérsia” do machadiano Conselheiro Aires, repugna a discussão, conforme observa:

Repugnará sempre a nosso ânimo entrar em tal questão, por nos parecer que os argumentos de parte a parte poderão correr o risco de sair pedantes, ou demasiado escolásticos, sem falar dos mal entendidos preconceitos de amor próprio nacional numa questão literária. (ibidem)

Contudo, levanta algumas questões que indiretamente dão conta de seu posicionamento. Primeiramente, anota que deixará “consignadas algumas dúvidas” (Varnhagen, 1998, p. 227), cuja solução a ser oferecida a elas colaborará para a afirmação do que considera “a naturalidade da divisão das duas literaturas” (ibidem). As duas primeiras dizem respeito ao ponto já seguidamente exposto: escritores nascidos em dado país pertencem à literatura desse, apesar de não redigirem sua obra (ou parte dela) em língua vernácula? Nesse caso, Alexander von Humboldt (1769-1859) ficaria fora da literatura alemã, e Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846), da literatura portuguesa, pois, “para terem mais leitores, as escreveram em francês” (ibidem); o mesmo ocorreria ao bispo Jerônimo Osório (1514-1580), e a Diogo de Paiva de Andrada (1576-1660), que se expressaram em latim.

A terceira dúvida é mais instigante, por abrir outra frente de batalha: Varnhagen se pergunta se é “tão verdadeira, tão estrita essa identidade da língua” (ibidem). Questiona, assim, a ideia de que a língua portuguesa é única e uniforme, apresentando exemplos das diferenças entre o idioma praticado no Brasil e em Portugal. Observa então:

Não há no Brasil nomes do país ali conhecidos, e cujo objeto é mais ou menos poético, dos quais em Portugal a sua pronúncia dizem que excita o riso? Lembremo-nos dos receios que neste sentido tinha o A. do *Caramuru* ao publicar o seu poema, e lembremo-nos dos que certo censor tinha de que provocassem o riso tantos nomes do Brasil, como v. gr. *jacarandá*, palavra esta em que há nada menos de quatro *aa*. (ibidem)

Outros vocábulos empregados por brasileiros provocam reações negativas em Portugal – como, escreve Varnhagen, “um dos nomes de mais glória para o Brasil - O Ipiranga” (ibidem). Essa reação, que rebaixa a fala brasileira, é, para Varnhagen, razão suficiente para que a poesia brasileira declare-se “independente da mãe-pátria” (ibidem), justificando:

Pois desgraçado do poeta do Brasil que, ao chegar-lhe a inspiração, tivesse que mandar consultar em Portugal um de seus filhos, que nunca tivesse ido à América (pois a estes se acostuma o ouvido como é natural), se tal ou tal palavra lhe promove o riso, como o *jacarandá* ao censor. (Varnhagen, 1998, p. 227-228)

Como Varnhagen é moderado e conciliador, à maneira do Conselheiro Aires, de Machado de Assis, ele, na sequência de sua exposição, trata de evitar o confronto, anotando que está longe de seus propósitos “a ideia de que no Brasil não se deve, e muito estudar os clássicos portugueses e a gramática. - Pelo contrário, reputamos essa necessidade urgentíssima, ao vermos que os

nossos melhores escritores - os que mais agradam no Brasil, foram os que mais os folhearam.” (Varnhagen, 1998, p. 228) Contudo, sua atitude não deixa de assinalar que a afirmação da “naturalidade da divisão das duas literaturas” era sobretudo uma questão de ordem política, que se sobrepunha à de natureza linguística. Estavam em jogo, de um lado, a certificação da autonomia e autossuficiência da literatura produzida no Brasil, de outro, a aceitação do modo como a língua era praticada por seus usuários e consignada em textos artísticos.

Ainda que sua concepção de língua fique reduzida ao vocabulário – prática que não se altera muito desde os tempos de Duarte Nunes de Leão –, a atitude de Varnhagen é sintomática de que um novo passo estava por ser dado: aquele que afirmaria a singularidade da língua vernácula utilizada no Brasil, que poderia não ser acolhida positivamente em Portugal, mas que correspondia aos desígnios dos autores do país, aspirantes à expressão poética sem precisar levar em conta a recepção dos gramáticos lusitanos, com seus juízos linguísticos.

Não muito depois de Varnhagen, Joaquim Norberto Souza e Silva (1820-1891), crítico literário, poeta e historiador, membro atuante do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de cuja direção participou, publica na revista *Guanabara – Revista mensal, artística, científica e literária*, o ensaio denominado “A língua brasileira”.

*Guanabara*, fundada em 1849, congregava a emergente geração romântica brasileira, publicando poemas de Gonçalves Dias (1823-1864), Manuel de Araújo Porto Alegre (1806-1879) e Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882), entre outros. Assim, as palavras de Joaquim Norberto a respeito da questão expressavam, de certo modo, o pensamento do grupo de que fazia parte.

O ensaio de Joaquim Norberto não tem o intuito crítico e filosófico do texto de Santiago Nunes Ribeiro. Pode-se entendê-lo como uma reação espontânea e bem humorada à questão que afligia os intelectuais brasileiros, à moda do prólogo assinado por Varnhagen, na abertura de seu *Florilégio da poesia brasileira*. O parágrafo com que inicia seu comentário é revelador do posicionamento adotado pelo autor:

Já alguém nos lançou em rosto, que não temos literatura nacional, porque não temos língua; ficou porém provado a toda a luz que a literatura de povo é a voz de sua inteligência, e que da influência do nosso clima, da configuração do nosso terreno, da fisionomia de nossos vegetais, do aspecto da natureza do nosso país, ou risonha ou selvagem, e de nossos usos e costumes, tudo tão dissimilhante de Portugal, devia resultar uma tal ou qual modificação nessa literatura, embora portuguesa mas produzida pelos brasileiros: e consentisse então que a essa modificação se chamasse sem impropriedade alguma literatura brasileira (Silva J., 2009)<sup>4</sup>.

Observe-se que, ao mesmo tempo em que registra a acusação de que o Brasil não tem uma literatura nacional por falta de um idioma local, assume como comprovado que a literatura de um povo relaciona-se a uma série de

---

<sup>4</sup> Publicado originalmente em *Guanabara – Revista Mensal Artística, Científica e Literária*. Rio de Janeiro, Tip. Dois de Dezembro de Paula Brito - Impressor da Casa Imperial, 1855. Tomo III, p. 99-104. Os grifos são do autor. Todas as citações são extraídas da versão *on line* do texto de Joaquim Norberto.

elementos locais, como “voz de sua inteligência”, clima, natureza, usos e costumes, o que no país americano toma configuração singular, bastante dessemelhante do que se encontra em Portugal. É o que faculta ao crítico propor uma outra designação para o idioma falado no Brasil, chamando-o doravante de “língua brasileira”, distinta do que se utiliza em Portugal, a “velha metrópole”:

Ao menos cá de mim para mim tenho, que quando disser língua portuguesa, entenderão por tal o idioma de que se usa na velha metrópole, e quando disser língua brasileira, tomarão por tal a que falamos, que é quase aquela mesma, mas com muitas mudanças (Silva J., 2009).

A proposta de Joaquim Norberto parece bastante ousada, se examinada desde a perspectiva linguística. Acontece que o cronista adota o ponto de vista da oralidade, pensando as diferenças desde o modo como o vocabulário é pronunciado por seus usuários. De sua ótica é exemplo a advertência feita a Antônio Feliciano de Castilho (1800-1875) que, na ocasião em que Joaquim Norberto publica seu ensaio, andava pelo Brasil divulgando seu, no Brasil, bem sucedido método de aprendizagem da leitura (Lajolo e Zilberman, 1996). Chamando a atenção para as diferenças fônicas entre o português falado na América e o da Europa, e aproveitando a oportunidade para fazer blague do então respeitado alfabetizador, Joaquim Norberto esclarece seu entendimento das peculiaridades da por ele classificada língua brasileira:

Uma advertência para concluir. O Sr. Castilho, que aí abriu o seu *curso de leitura repentina*, e que talvez melhor se chame *pituresca*, lá está ensinando que *ei* tem muitas vezes o som de *âi*, como em lei que se pronuncia *lâi!!!*... Ah meu caro e insigne poeta! Se vamos a dizer *lâi* por *lei*, está tudo perdido, e adeus língua brasileira! Em Portugal se escreverá a lei de uma maneira e se lerá por outra; no Brasil porém o povo a lê como o poder legislativo a escreve; o governo é que algumas vezes dá em ler ao avesso do que está escrito, e até isso é costume, pelo que vejo que nos veio de além mar, ou que alguém conserva (Silva J., 2009). [Grifos do autor]

Quando Joaquim Norberto publica seu ensaio em 1855, a produção romântica brasileira era ainda incipiente. Gonçalves Dias já tinha inaugurado, com os *Primeiros cantos*, a vertente indianista no país, mas o romance ainda não encontrara o caminho dos temas nacionais e da aceitação do público local. Cabe lembrar que, neste ano, José de Alencar recém se iniciava no gênero com *Cinco minutos* e *A viuvinha*, duas novelas passadas no cenário urbano e pouco expressivas.

Por sua vez, o ano de 1855 aponta para um corte cronológico importante na produção literária em circulação sobretudo na Corte: Manuel Antônio de Almeida (1831-1861) já tinha se notabilizado no Rio de Janeiro com seu folhetinesco *Memórias de um sargento de milícias*, e Machado de Assis oferecia suas primícias literárias na forma de versos amorosos lançados na imprensa carioca. Assim, começavam a se evidenciar na primeira metade da década de 50 do século XIX aquelas que viriam ser as criações artísticas responsáveis pela concretização da desejada independência literária brasileira diante da ex-Metrópole.

A discussão sobre a língua nacional não se mostrou indiferente às questões que afligiam os intelectuais brasileiros quando se tratava de afirmar a identidade de sua literatura. Tal como ocorreu aos lusitanos, que se viam ameaçados pela infiltração do castelhano e da cultura de Espanha em seu universo cultural, os brasileiros temiam a assimilação dos autores nacionais e de sua prática literária à tradição portuguesa, parâmetro a partir do qual seriam ajuizados. Por isso, afirmar a soberania da língua brasileira, ainda que à custa de distorções ou mal-entendidos no que se refere ao conceito de língua e às relações entre escrita e oralidade, significava defender a identidade da literatura nacional.

Tratava-se, porém, de um projeto penoso e duradouro que não se encerrou com as proclamas de Joaquim Norberto. Com efeito, na sua esteira vieram outros debates que opuseram brasileiros e portugueses, de que são exemplo as polêmicas entre José de Alencar e Pinheiro Chagas (1842-1895), e entre Carlos de Laet (1847-1927) e Camilo Castelo Branco (1825-1890). Mas foram intelectuais como Santiago Nunes Ribeiro, Francisco Adolfo de Varnhagen e Joaquim Norberto, nomes muitas vezes obscuros, de presença quase marginal na historiografia literária produzida a partir do século XX, que lhe conferiram publicidade, indiferentes à fragilidade de seus argumentos e confiantes de que o futuro lhes daria razão, já que, a seu tempo, talvez as criações artísticas elaboradas por seus pares ainda não correspondessem aos anseios de que seus cultores nelas depositavam.

### Bibliografia

- ASSIS, Machado de. "Literatura Brasileira - Instinto de Nacionalidade" in *Crítica Literária*. São Paulo, Mérito, 1959.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 43 ed. São Paulo, Cultrix, 2006.
- DENIS, Ferdinand. *Resumé de l'histoire littéraire du Portugal, suivi du Résumé de l'histoire littéraire du Brésil*. Paris, Lecoq et Durey, Libraires, 1826.
- GARRETT, Almeida. "Origem de nossa língua e poesia" in *Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa*. Reproduzido em: ZILBERMAN, Regina; MOREIRA, Maria Eunice. *O berço do cânone. Textos fundadores da história da literatura brasileira*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1998.
- LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo, Ática, 1996.
- LEÃO, Duarte Nunes de. *Origem da língua portuguesa*. Quarta edição, conforme a primeira com estudo preliminar e anotações de José Pedro Machado. Lisboa, Pro Domo, 1945.
- LEÃO, Duarte Nunes de. *Origem da língua portuguesa*. <http://purl.pt/50>. [Acesso em 17 de setembro de 2009].
- LIMA, José Inácio de Abreu. "Nosso estado intelectual" in *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 5 – 2, 1999.
- MACHADO, José Pedro. "Estudo preliminar" in LEÃO, Duarte Nunes de. *Origem da língua portuguesa*. Quarta edição, conforme a primeira com estudo preliminar e anotações de José Pedro Machado. Lisboa, Pro Domo, 1945.
- PORTUGUÊS, (um), pseud. [CASTRO, José da Gama e]. "Inventos dos portugueses". *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 19 jan. 1842 in CESAR,

- Guilhermino. *Historiadores e críticos do Romantismo. A contribuição europeia: crítica e história literária*. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos; São Paulo, EDUSP, 1978.
- RIBEIRO, Santiago Nunes. "Da nacionalidade da literatura brasileira". *Minerva Brasiliense. Jornal de Ciências, Letras e Artes*. N.º 1, Vol. 1. 1º de novembro de 1843.
- SILVA, Joaquim Norberto de Sousa e. *A língua brasileira* <http://www.coresmarcasefaldas.pro.br/adm/anexos/14032008171125.pdf> [Acessado em 19 de setembro de 2009]
- SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. *Alguma reflexão sobre "A origem da língua portuguesa" de Duarte Nunes Leão*. <http://www.prohpor.ufba.br/leao.pdf> [Acesso em 26 de setembro de 2009].
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. "Prólogo" in *Florilégio da poesia brasileira*. Reproduzido em: ZILBERMAN, Regina; MOREIRA, Maria Eunice. *O berço do cânone. Textos fundadores da história da literatura brasileira*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1998.

### **Regina Zilberman**

É doutora em Romanística pela Universität Heidelberg (Ruprecht-Karls-1976). Atualmente é professora colaboradora do Instituto de Letras, da UFRGS, e professora-pesquisadora na Faculdade Porto-Alegrense. Foi professora titular da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em História da Literatura, atuando principalmente nos seguintes temas: leitura, história da literatura, literatura do Rio Grande do Sul, formação do leitor e literatura infantil.